

RTN
2021

Setembro

Publicado em
28/10/2021

Ministério da Economia
Secretaria Especial do
Tesouro e Orçamento
Secretaria do Tesouro Nacional

Resultado do Tesouro Nacional

Sumário Executivo

Sumário Executivo

O resultado primário do Governo Central foi um superávit de R\$ 0,3 bilhão em setembro de 2021, frente ao déficit primário de R\$ 76,1 bilhões observado em setembro de 2020 (em termos nominais). O resultado foi o primeiro superávit para um mês de setembro desde 2012, tendo sido significativamente melhor que a mediana das expectativas da pesquisa Prisma Fiscal do Ministério da Economia, que indicava um déficit de R\$ 17,9 bilhões.

O Tesouro Nacional e o Banco Central foram superavitários em R\$ 15,2 bilhões, enquanto a Previdência Social (RGPS) apresentou déficit de R\$ 14,9 bilhões. Em comparação a setembro de 2020, a melhora no resultado primário observado no mês decorre da combinação de um aumento real de 9,3% (+R\$ 10,9 bilhões) da receita líquida e de um decréscimo real de 36,4% (-R\$ 73,3 bilhões) das despesas totais.

O aumento real da receita líquida no mês é derivado do crescimento nas receitas administradas (+R\$ 17,4 bilhões) e na arrecadação líquida para o RGPS (+R\$ 2,7 bilhões), parcialmente compensado pela redução nas receitas não administradas (-R\$ 2,8 bilhões) e pelo crescimento nas transferências por repartição de receita (+R\$ 6,4 bilhões). Os principais destaques na comparação mensal são: a) aumento na arrecadação referente à estimativa mensal, ao balanço trimestral e ao lucro presumido; b) ganhos de IOF (+R\$ 3,4 bilhões) pela restauração da tributação das operações de crédito, em vigor desde janeiro de 2021; c) pagamento de parte da parcela do diferimento do Simples Nacional no caso da arrecadação previdenciária; e d) pagamento antecipado de R\$ 5,1 bilhões em outorgas referentes aos contratos de concessão da Malha Paulista e da Ferrovia Norte-Sul em setembro de 2020, sem contrapartida no mesmo mês de 2021.

A diminuição nas despesas primárias em setembro de 2021, por sua vez, foi influenciada principalmente pela redução nos gastos em resposta aos efeitos socioeconômicos da crise provocada pela Covid-19. Créditos extraordinários, apoio financeiro a Estados e Municípios e subsídios destinados ao Programa Emergencial de Acesso a Crédito (PEAC Maquininhas) apresentaram redução de R\$ 40,9 bilhões, R\$ 21,3 bilhões e R\$ 5,5 bilhões, respectivamente, quando comparados a setembro de 2020.

Com o número de setembro, o resultado acumulado no ano totaliza um déficit primário de R\$ 82,5 bilhões, ante déficit de R\$ 677,4 bilhões no mesmo período de 2020 (em termos nominais). Esse resultado é composto por um superávit de R\$ 142,8 bilhões do Tesouro Nacional e do Banco Central e por um déficit de R\$ 225,3 bilhões na Previdência Social (RGPS). Em termos reais, no acumulado até setembro, a receita líquida registrou aumento de 26,0% (+R\$ 238,7 bilhões), enquanto a despesa total diminuiu 25,8% (-R\$ 432,1 bilhões). Quanto à receita, destacam-se os aumentos nas receitas administradas (+R\$ 199,2 bilhões), nas receitas não administradas pela Receita Federal (+R\$ 57,5 bilhões) e na arrecadação líquida para o RGPS (+R\$ 34,9 bilhões), parcialmente compensados pelo aumento nas transferências por repartição de receita (+R\$ 53,0 bilhões).

Do lado da despesa, nos primeiros nove meses de 2021 destacam-se as reduções em: a) créditos extraordinários (-R\$ 282,9 bilhões), apoio financeiro a Estados e Municípios (-R\$ 82,7

bilhões) e subsídios e subvenções (-R\$ 26,7 bilhões), todos associados ao enfrentamento das consequências econômicas e sociais decorrentes do estado de emergência causado pela pandemia do coronavírus (Covid-19); b) abono salarial e seguro-desemprego (-R\$ 14,7 bilhões), resultante da antecipação do pagamento do abono salarial em 2020, sem contrapartida em 2021, e da postergação dos pagamentos de abono salarial do 2º semestre de 2021 para o ano de 2022; e c) Pessoal e Encargos Sociais (-R\$ 10,2 bilhões).

Os dados de setembro corroboram a tendência de melhora consistente nas contas públicas ao longo de 2021, resultado da forte arrecadação e da maior focalização das despesas relacionadas ao enfrentamento da pandemia.